

**MEMÓRIA DA 2ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DA UNIDADE DE GESTÃO ESPECIAL DO RIO CINZAS DO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO NORTE PIONEIRO, INSTITUÍDO PELO DECRETO ESTADUAL Nº 5.427/2009.**

Ao sexto dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas, por meio de plataforma de videoconferência Zoom, iniciou-se a 2ª Reunião Grupo de Trabalho (GT) da Unidade de Gestão Especial do Rio Cinzas do Comitê de Bacia do Norte Pioneiro, diante da presença do Presidente da Mesa Diretora **CARLOS EDUARDO GONÇALVES AGGIO**, da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP); do Vice-Presidente da Mesa Diretora e Coordenador da CTINS e do GT **ARISTEU KAZUYUKI SAKAMOTO**, do Sindicato Rural de Cambará; da **GLAUCIA TAVARES PAES DE ASSIS** e do **MARCOS ANTONIO PINTO**, do Instituto Água e Terra (IAT); da **SIMONE BEATRIZ FUCK VON DER OSTEN**, da Prefeitura Municipal de Bandeirantes; do **MICHEL COUTO MENDES**, da Prefeitura Municipal de Tomazina; do **LUCIANO RODRIGUES PENIDO**, da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar); do **SODARIO RODRIGUES**, da Companhia Agrícola Usina Jacarezinho; **CARLOS SILVA**, Frangos Pioneiro Indústria e Comércio de Alimentos LTDA; **ANTONIO CEZAR LEAL**, do CBH Paranapanema; **GONZALO FERNANDEZ VAZQUEZ**, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA); da **LUCINEIDE APARECIDA MARANHO**, e do **ALAN TAVARES**, da Secretaria Executiva do Instituto Água e Terra (IAT). o Presidente da Mesa Diretora, Senhor **Carlos Aggio**, passa a palavra ao coordenador do GT **Aristeu Sakamoto**: Neste encontro, discutimos os planos e as ações que serão realizados. Vamos abordar o que faremos e como iremos proceder. A primeira notícia que comunicamos é que nossa situação é única no Brasil e estamos bastante avançados nesse aspecto. No entanto, desejamos aperfeiçoar nossas estratégias. Na última reunião, surgiu a ideia de convidar a ANA para realizar um novo diagnóstico da situação. Acredito que isso pode ser benéfico para nosso progresso. Também consideramos a possibilidade de direcionar nossos esforços de forma mais eficiente. **Antonio Cezar**: Estou participando como coordenador da câmara técnica de

instrumentos de gestão do CBH Paranapanema. Quero contribuir com nossa causa. Em algum momento, teremos uma reunião conjunta com a câmara e o GT. Na reunião anterior realizamos uma apresentação sobre o plano de recursos hídricos do Paranapanema, com seu desenvolvimento baseado na lei de recursos hídricos e em estudos já realizados. Para avançar na definição da UEG, estamos considerando características previamente planejadas. Também devemos levar em conta os estudos realizados e as recomendações feitas. Isso envolve avançar na proteção das matas, na conservação do solo e no tratamento de esgoto. Existe a possibilidade de apoio por meio do comitê do CBH Paranapanema via ANA. **Aristeu Sakamoto:** Devemos considerar a possibilidade de criar um plano específico para a unidade, assim como o plano do Norte Pioneiro. Isso traria um plano completo para nossa missão. Além disso, estamos avaliando as restrições e benefícios para a bacia. O Ministério Público está envolvido e está focando na questão das nascentes. A Sanepar solicitou a nós os comitês das bacias do Paranapanema ou Norte Pioneiro, considerar a questão da educação ambiental. Eles têm uma proposta de lançamento de uma edição sobre inovação e preocupações ambientais. Isso poderia ser um direcionamento interessante ao final do trabalho de criação da UEG. Ainda não sei se isso se encaixaria nesse contexto, mas pode ser uma decisão que tomaremos posteriormente. **Antonio Cezar:** Concordo que estamos trilhando um caminho novo, sem referências prontas. A lei 9433/97 prevê a identificação de áreas críticas sujeitas à restrição de uso da água. No entanto, restringir o uso da água e, conseqüentemente, das terras e atividades econômicas, é complexo e interligado. Também é mencionada a necessidade de articular o sistema de gestão ambiental com o territorial. A alternativa de ter um plano de bacia restrito à unidade parece viável. Já está prevista nos planos do Paranapanema e Norte Pioneiro, tanto no plano estadual de São Paulo quanto no plano federal. Um plano desse tipo envolve várias etapas, incluindo um panorama atual, tendências futuras e cenários desejados. Os cenários podem abranger prazos de 5, 10 e 20 anos, além de programas, ações e recursos necessários. Uma possibilidade seria formar uma equipe para lidar com a vasta quantidade de informação. Se não tivermos tempo disponível, poderíamos considerar uma consultoria externa para realizar esse trabalho. É fundamental considerar as habilidades e atribuições de cada membro do grupo, para evitar sobrecarga. Se alguém já trabalha

com planejamento das águas, essa pessoa poderia contribuir. Outra abordagem seria trabalhar com o diagnóstico que já possuímos de 2016. Com o conhecimento profundo da região, poderíamos avançar diretamente para a definição das ações necessárias. Às vezes, as soluções já são claras para quem conhece bem a região. Entretanto, para ser considerada uma UEG, é importante incluir as restrições e potencialidades. Precisamos também ouvir a ANA, que tem vasta experiência na gestão ambiental e de licenciamento. **Marcos Antonio:** A participação dos municípios é uma preocupação, já que poucos estão ativamente envolvidos nessas discussões. Vamos continuar a trabalhar na região, considerando sua localização única e desafios específicos. É verdade que estamos localizados próximo ao interior de São Paulo, próxima à capital, mas com acesso mais difícil a Curitiba. As questões políticas parecem não favorecer o desenvolvimento da região em vários aspectos. No entanto, acredito que isso pode mudar com o tempo e a compreensão das autoridades. Quando eles entenderem nossos planos, poderão perceber que estamos buscando uma abordagem para limitar o crescimento da região de forma a preservar os recursos hídricos e do solo, bem como restaurar os ambientes importantes que protegem esses recursos. Há muito trabalho a ser feito, e o governo regional está se envolvendo nessa missão. Concordo que é crucial mobilizar mais pessoas da região para entender e apoiar nossos esforços. As universidades locais, tanto a pública quanto a privada, poderiam ser parceiras valiosas nesse empreendimento. Também é importante envolver as empresas da região, já que todos têm interesse na preservação e no desenvolvimento sustentável. Essa colaboração pode melhorar a capacidade de divulgar nossos objetivos e garantir que nossos esforços não caiam no vazio. Temos que lembrar que um planejamento integrado é essencial para o sucesso. Ações de conservação, desenvolvimento e disponibilidade de recursos estão interligadas. Precisamos pensar além e garantir que nosso documento final não apenas seja funcional, mas também seja aceito e apoiado por todas as partes envolvidas. Considerando isso, a forma como conduziremos o trabalho é crucial. Precisamos criar oportunidades para que as pessoas e entidades relevantes, como as universidades e o poder público municipal, possam contribuir para o plano verde responsável que estamos desenvolvendo. Compensações para as restrições e ações propostas podem ser consideradas dentro do próprio plano, o que poderia incentivar maior adesão e engajamento. É interessante pensar em como

poderemos envolver a comunidade local e as partes interessadas para que possamos criar um plano sólido e eficaz. Cada um de nós tem um papel importante a desempenhar nesse processo. Vamos continuar a refletir sobre essas questões e encontrar maneiras de fazer nossos esforços renderem frutos. **Aristeu Sakamoto:** Essa ideia do Marquinhos de envolver a participação de interessados é realmente crucial. Chamar as partes interessadas para participar da elaboração do plano é uma abordagem importante para garantir que este plano seja robusto e eficaz no futuro. Ao incluir a voz de todos os envolvidos, podemos evitar problemas futuros e tornar o plano mais abrangente e realista. A discussão e a participação dos interessados são fundamentais para a consistência e aceitação do plano. Após definirmos o plano inicial, teremos que trabalhar na operacionalização dele. Essa etapa pode ser mais desafiadora do que a criação do plano em si. Precisamos considerar a inclusão, retirada ou modificação de elementos de acordo com o contexto. O desafio é equilibrar situações de benefício e restrição dentro da UEG. O prazo que definimos, 90 dias, pode ser um tanto complicado, especialmente considerando os detalhes do plano. **Antonio Cezar:** A questão do prazo é significativa. O plano do Paranapanema tem um cronograma específico para bacia do Cinzas, entre 2023 e 2025 realizar avaliação da do status da bacia e caso o comitê delibere a criação da UEG, reconhecer a região como área crítica isso em 2025, formalização em 2026 e assim por diante. Portanto, podemos aproveitar a liberdade de planejamento para garantir que nossos estudos se alinhem com esse cronograma. **Carlos Aggio:** A ideia de solicitar apoio técnico da ANA por meio de um ofício conjunto é ótima. Isso nos permitirá realizar os estudos da Bacia do Cinzas e, ao mesmo tempo, iniciar as discussões com o poder público e outros atores locais. Com um período de três anos para realizar todo esse estudo, acredito que a ANA poderá fazer uma avaliação mais aprofundada da Bacia do Cinzas. Além disso, podemos envolver os poderes públicos e outros atores da região nessa discussão. Esse esclarecimento pode ajudar a dissipar mal-entendidos e garantir que todos compreendam que nosso objetivo é promover um desenvolvimento sustentável na região. A criação da UEG não visa travar o progresso, mas sim planejar um desenvolvimento sustentável em harmonia com os recursos disponíveis e as condições críticas da região. Precisamos planejar cuidadosamente para garantir que os recursos não se esgotem e que tenhamos um crescimento planejado. Nossa primeira ação seria

redigir esse ofício conjunto dos comitês Federal e Regional para buscar o apoio da ANA. Com isso, podemos dar início a esse processo e começar a esclarecer aos envolvidos a natureza e os benefícios do nosso plano. **Aristeu Sakamoto:** É fundamental permitir a participação de todos os atores relevantes, incluindo os poderes públicos e usuários, no processo. **Carlos Aggio:** Precisamos comunicar claramente nossas ações e garantir que todos estejam cientes do que estamos fazendo e por quê. E caso a UEG seja aprovada, fazer uma comunicação a todos inseridos na bacia do Cinzas. **Luciano Penido:** Devemos escolher estrategicamente o momento para divulgar nossas ações e envolver outros interessados. A novidade desse processo pode gerar impacto positivo, mas também pode gerar preocupações, especialmente se as pessoas interpretarem as ações como entraves ao desenvolvimento. Precisamos esclarecer claramente nossos objetivos e os benefícios de preservar os recursos hídricos para garantir que todos compreendam o propósito por trás dessas ações. Além disso, a comunicação deve ser eficaz para explicar a importância da preservação da água e mostrar como isso é fundamental para o desenvolvimento sustentável a longo prazo. Precisamos amadurecer nossos argumentos e comunicar a criticidade da situação de forma clara e compreensível para todos os envolvidos. É verdade que estamos no ponto em que nossas ações vão moldar o caminho para uma tomada de decisão. As ações que tomarmos agora terão um impacto direto no futuro da região. Precisamos responder se queremos criar essa UEG e, se sim, como planejamos implementá-la. Vamos continuar a amadurecer nossas ideias, discutir com os interessados e garantir que nosso plano seja sólido e bem comunicado. **Marcos Antonio:** Concordo completamente. É crucial que compreendamos profundamente o que estamos propondo e trabalhando, e que isso seja algo que beneficie a região como um todo. Devemos focar em encontrar soluções para os problemas que enfrentamos atualmente. Se considerarmos a legislação vigente, especialmente a lei da Mata Atlântica nº 12.651/12, já teríamos dado um grande passo em direção à organização do espaço. No entanto, sabemos que isso é desafiador de ser implementado na prática. Precisamos entender bem o que estamos estudando e propondo, avaliar se é juridicamente viável e se realmente contribuirá para o desenvolvimento regional, abordando todos os aspectos, especialmente os ambientais. A ideia é que, ao comunicarmos e engajarmos a comunidade de maneira adequada, as pessoas

compreendam que não se trata de impedir o desenvolvimento, mas sim de buscar um desenvolvimento sustentável. Queremos evitar que surjam opositores que possam entender erroneamente que estamos limitando as atividades na região. **Aristeu Sakamoto:** Exatamente, criar ou não criar a unidade especial deve ser baseado em uma avaliação cuidadosa. Os benefícios gerados pela criação não deveriam ser consequência de uma nomeação arbitrária, mas sim resultado de uma avaliação criteriosa. As restrições e benefícios não deveriam estar restritos às disposições do plano geral, mas sim serem específicos e fundamentados. É interessante ponderar sobre o novo diagnóstico, pois isso pode fornecer uma base mais sólida para a definição da área e permitir uma avaliação mais precisa. Se já se passaram 10 anos desde o último diagnóstico, seria importante verificar se houve melhorias ou alterações significativas. A denominação da unidade especial também pode ser revisitada, considerando as mudanças ocorridas nesse período. **Gonzalo Vazquez:** A UEG é uma alternativa que surgiu com a intenção de delimitar áreas sujeitas a restrições de uso para proteger os recursos hídricos. Inicialmente, trouxemos o conceito sem formalizá-lo, mas ele não foi bem recebido devido à confusão com unidades de conservação. No entanto, a ideia por trás dessa abordagem é reconhecer conflitos iminentes e trabalhar com instrumentos de gestão específicos, como enquadramentos, para direcionar o desenvolvimento de forma mais eficaz e sustentável concordo com a importância de entender bem essa abordagem e seus potenciais efeitos. Precisamos considerar não apenas a parte técnica, mas também como comunicamos essa ideia à comunidade e aos interessados. É fundamental que isso seja bem esclarecido para evitar mal-entendidos e resistência. Devemos nos aprofundar em estudos mais estruturados para embasar nossa decisão, considerando o contexto local e suas características. **Aristeu Sakamoto:** E também é fundamental ponderar sobre a necessidade de um novo diagnóstico para embasar nossa decisão. Essa análise mais atualizada nos ajudará a entender se as condições mudaram significativamente desde o último diagnóstico e se a criação de uma unidade especial ainda é justificável. Vamos explorar todas essas questões de maneira estruturada para tomarmos uma decisão informada. **Gonzalo Vazquez:** Exatamente, devemos considerar todas as perspectivas e entender que a UEG não é uma restrição arbitrária, mas sim uma abordagem para direcionar o desenvolvimento de forma mais consciente e sustentável. Devemos analisar as

características específicas da região e utilizar os instrumentos de gestão de maneira eficaz para alcançar nossos objetivos. Vamos nos aprofundar nessa discussão de maneira estruturada e buscar um entendimento mais completo sobre os potenciais benefícios e desafios da criação dessa UEG. Devemos considerar todos os aspectos, incluindo a forma como comunicamos essa proposta à comunidade e aos interessados, para que possamos tomar uma decisão informada e bem fundamentada. Importante lembrar que nossa nota técnica foi desenvolvida com uma contribuição interna, mas também durante a consultoria, o que trouxe uma perspectiva externa e enriquecedora para nossa discussão. Devemos compreender bem a área que foi identificada e o que está faltando na legislação atual. Isso inclui esclarecer quem será responsável por criar essa área e o que exatamente ela envolve. Nesse sentido, podemos nos inspirar no trabalho realizado em Minas Gerais, onde foram criadas três categorias de restrição, cada uma ligada a um objetivo específico de preservação e qualidade da água. Eles tiveram uma discussão profunda e inclusive envolveram o Ministério Público e realizaram um seminário para debater essas questões. **Luciano Penido:** Solicitou a disponibilização do material que foi gerado em Minas. **Gonzalo Vazquez:** Em relação às três categorias de restrição, uma estava voltada para a preservação da área de recarga, outra para a biodiversidade aquática e a terceira para a qualidade da água. No entanto, é importante esclarecer que a nossa abordagem de UEG não necessariamente requer a delimitação de um polígono específico, como foi feito em Minas Gerais. Isso porque, ao invés de um polígono, estamos trabalhando com instrumentos de gestão que podem ser aplicados de forma mais flexível. Por exemplo, se identificarmos uma área com problemas de qualidade da água devido à interação entre indústria e agricultura, essa questão pode se expandir geograficamente. Portanto, nossa abordagem é mais focada em fortalecer os instrumentos de gestão e adaptá-los às diferentes situações. Isso é bastante esclarecedor. A abordagem de UEG parece ser mais flexível e adaptável às diferentes situações e problemas que podem surgir na região. Devemos ter em mente que não se trata apenas de delimitar um polígono específico, mas sim de fortalecer os instrumentos de gestão de acordo com as necessidades específicas de cada situação. Isso nos permitirá agir de maneira mais eficaz e direcionada para garantir a preservação e a qualidade dos recursos hídricos. **Carlos Aggio:** Foi comentado de um ofício conjunto entre os CBH Norte

Pioneiro e o Paranapanema, solicitando o apoio da ANA, para realizar um novo diagnóstico nos ajudaria a ter uma visão mais precisa da situação atual da região, considerando os aspectos ambientais, econômicos e sociais. Isso é fundamental para desenvolvermos estratégias eficazes e embasadas para a gestão dos recursos hídricos e a promoção do desenvolvimento sustentável. **Gonzalo Vazquez:** Além disso, a experiência de Minas Gerais pode nos trazer insights valiosos sobre como abordar a criação das categorias de restrição. Mesmo que a abordagem deles não seja perfeita, podemos aprender com os desafios e sucessos que encontraram ao longo do processo. Isso nos ajudaria a aprimorar nossa abordagem e a desenvolver critérios que sejam eficazes e, ao mesmo tempo, práticos para a realidade da nossa região. **Carlos Aggio:** Exatamente, aprender com as experiências de outras regiões é uma maneira inteligente de aprimorar nossos próprios planos e estratégias. Devemos buscar o equilíbrio entre a definição de critérios rigorosos e práticos, de forma a garantir uma gestão eficiente dos recursos hídricos sem criar entraves desnecessários para o desenvolvimento da região, e para que nós também tenhamos um esclarecimento. **Gonzalo Vazquez:** Estamos considerando a recuperação do material disponível em Minas Gerais como ponto de partida. É crucial entender que o conteúdo do plano é fundamental para nossos próximos passos. Talvez, neste momento, não seja necessário realizar um novo diagnóstico completo. Poderíamos considerar uma análise qualitativa do diagnóstico existente, ou seja, uma revisão detalhada. Refazer o diagnóstico pode ser um esforço que pode ser adiado para um momento posterior, quando tivermos mais clareza sobre o direcionamento que devemos seguir. Isso significa que podemos basear nossas ações nessa caracterização inicial da unidade de especial de gestão. Portanto, proponho que sigamos dessa forma. Inicialmente, vamos atualizar o diagnóstico existente, pois ele está precisando de uma revisão. Após a atualização, podemos discutir como proceder a partir dessas informações. É importante fazer essa discussão antes de decidirmos se um novo diagnóstico é necessário. Evitaremos, assim, repetir informações e estagnarmos no processo. Por exemplo, quando olhamos para a questão dos conflitos, temos mudado nossa abordagem. Inicialmente, o plano considerava um conflito quando havia um desequilíbrio hídrico, ou seja, maior demanda do que oferta, ou quando 70% da oferta estava comprometida. No entanto, agora também consideramos conflitos qualitativos.

Um exemplo claro disso é a situação em que existe água disponível, mas a qualidade não é adequada para uso. Um caso clássico é a ocorrência de uma cunha de infusão salina. Isso significa que, mesmo havendo água disponível, a qualidade imprópria pode inviabilizar a captação para abastecimento. **Luciano Penido:** Quando seria o momento adequado para realizar um novo diagnóstico ou criar um novo. Talvez seja sensato começar avaliando o material disponível em Minas Gerais neste estágio. Isso nos permitiria compreender de maneira mais profunda as expectativas associadas a uma UEG e o que exatamente isso implica. Por outro lado, foi destacado um aspecto crítico que merece atenção: a ausência de leis específicas. Quem seria responsável por criar e gerenciar essa área. O que ocorreria nesse espaço. Refletindo sobre essa questão, é importante considerar que existem leis para unidades de conservação e áreas de proteção ambiental. Ao analisar a situação na região da Serra do Mar, por exemplo, notamos sobreposições entre diferentes áreas regulamentadas. Nesse contexto, é crucial entender se as leis podem ser harmonizadas para alcançar a preservação desejada. Portanto, é necessário ter cautela ao planejar nossas ações. Se já há um suporte legal disponível, talvez seja viável utilizar essas bases como ponto de partida. Isso por si só poderia fornecer um sólido ponto de partida para nossos estudos e esforços, a fim de compreender melhor o que é possível alcançar em relação a essa situação do Cinzas. **Gonzalo Vazquez:** Então, temos duas etapas a serem consideradas. Primeiramente, a ideia é recuperar o material relevante e, em seguida, planejar uma discussão mais ampla. Talvez possamos até envolver as pessoas de Minas Gerais ou o Professor Silvio da UFU. Nesse sentido, o colega Luciano trouxe à tona a questão da quantidade de legislação existente, que por vezes entra em conflito, mas também pode ser aproveitada. Eu acredito que há um caminho a seguir sem criar riscos, evitando criar legislação excessivamente específica. Minha perspectiva é que, dentro das unidades e na legislação de recursos hídricos, podemos encontrar embasamento para o conteúdo que precisamos abordar. Portanto, considerando o material disponível, seria interessante discutir a questão em uma reunião mais ampla, possivelmente envolvendo aqueles que estão trabalhando nessa área no plano. A partir dessa conversa, podemos começar a delinear um projeto concreto para seguirmos adiante. Isso nos permitiria encaminhar a questão do diagnóstico logo em seguida. Contudo, acredito que a primeira etapa necessária é definir claramente, pelo

menos dentro do nosso escopo, o que entendemos por "unidade especial de gestão". É importante lembrar que essa unidade é um enfoque administrativo, embora possa haver nuances. É verdade que a legislação não define explicitamente quem cria e gere essa unidade. O plano pode identificar, mas não detalha como isso deve ser feito. Portanto, é nossa responsabilidade buscar a solução para esse desafio. **Aristeu Sakamoto**: Vamos tentar estabelecer uma aliança com você para que possamos aprofundar ainda mais essas informações relacionadas a Minas Gerais. Isso nos permitirá ter uma compreensão mais abrangente das situações e dados relevantes que envolvem essa região. **Antonio Cezar**: nota técnica contém informações importantes do plano. Estou atualmente organizando esses dados e vou enviá-los para o Carlos, o Gonzalo e a Priscila. Depois, o restante do grupo pode acessar livremente esse material. Além disso, também é interessante que o Gonzalo compartilhe os documentos adicionais que ele mencionou. Acredito que seja um passo positivo que todos leiam esses documentos e que possamos discutir esses assuntos em outra ocasião. Também seria valioso se alguns de vocês pudessem trazer informações mais recentes sobre a bacia do Rio Cinzas, para trocarmos insights e contar com a participação de alguém de Minas para entender como eles lidaram com situações semelhantes. Isso poderia ser esclarecedor à medida que delineamos nosso caminho. Você mencionou a ideia de um projeto, mas isso também pode ser considerado um plano ou mesmo uma abordagem que já é amplamente utilizada e referenciada. Seria como um procedimento que o grupo seguiria para avançar com esse trabalho. Pode envolver decisões sobre criação ou não criação de certas partes do processo, seguindo um método passo a passo, semelhante ao modelo do MOPE. **Gonzalo Vazquez**: Quando eu mencionei "projeto", me referia a um documento de referência mais detalhado que geralmente é desenvolvido com o propósito de contratação. No contexto que estamos discutindo, "projeto" também pode significar um plano mais amplo. Nesse caso, ao criar um projeto, estabelecemos metas específicas, definimos fases do processo, criamos um cronograma e atribuímos responsabilidades a cada etapa. Isso é essencialmente o que significa ter um projeto. Podemos aplicar esse conceito a várias situações, como desenvolver um diagnóstico novo e específico sobre um determinado assunto. Além disso, é importante definir um período de tempo de referência para a conclusão desse projeto. Basicamente, a ideia por trás de um projeto

é criar uma abordagem estruturada a ser seguida a médio ou longo prazo, resultando em uma solução específica. Pode envolver a tomada de decisões relevantes, como uma deliberação do CBH ou algo semelhante. Tudo isso deve ser pensado considerando as diretrizes já existentes no plano da Bacia. **Antonio Cezar:** Com relação ao prazo para a criação da norma, é importante observar que temos até o ano de 2026 para concluí-la. No entanto, dada a natureza participativa e abrangente desse processo, é crucial que trabalhemos continuamente para avançar no projeto. Se conseguirmos progredir mais rapidamente, será uma vantagem, mas devemos considerar que o prazo é amplo. A participação de todos é fundamental para a criação de uma norma abrangente e bem fundamentada, que atenda aos objetivos propostos. Portanto, continuaremos trabalhando com determinação, visando ao melhor aproveitamento possível do tempo disponível. **Aristeu Sakamoto:** Das colocações apresentadas, é possível identificar que temos elementos para começar a delinear como conduzir esse processo de maneira abrangente. Acredito que a partir deste momento, podemos dar início a essa empreitada. É importante considerar todos os aspectos levantados até agora para formular uma abordagem sólida. Com base nas discussões anteriores, temos a oportunidade de traçar um plano estratégico e eficiente para avançar com o projeto. A participação de todos é essencial nesse processo, e estou confiante de que, com as informações e ideias compartilhadas, seremos capazes de criar um roteiro claro e bem definido para conduzir esse projeto adiante. **Carlos Aggio:** Com as informações apresentadas até agora, temos os elementos necessários para começar a definir como conduzir esse processo de maneira abrangente. Acredito que seja o momento adequado para darmos início a essa empreitada. É crucial levar em consideração todos os aspectos discutidos até o momento para construirmos uma abordagem sólida. Com base nas conversas anteriores, temos uma excelente oportunidade de criar um plano estratégico e eficaz para avançar com o projeto. A participação ativa de todos é fundamental durante esse processo, e estou confiante de que, por meio do compartilhamento de informações e ideias, seremos capazes de elaborar um plano claro e bem definido para guiar essa iniciativa adiante. **Aristeu Sakamoto:** Isso resume bem a situação. Com as apresentações feitas por todos, agora temos uma direção clara a seguir. Com a conclusão da reunião de hoje, vamos esperar apresentação de Minas Gerais. Depois disso, podemos nos aprofundar na análise da

nota técnica fornecida pela ANA. Assim que tivermos uma compreensão mais sólida, poderemos marcar a próxima reunião para discutir o assunto novamente. Acredito que essa sequência de passos seja a abordagem mais adequada para avançarmos de maneira organizada e eficaz. Nada mais havendo para deliberar, deu-se por encerrada a 2ª Reunião do Comitê de Bacia Hidrográfica do Norte Pioneiro, pelo Coordenador do Grupo de Trabalho da UEG do Cinzas do Comitê de Bacia Hidrográfica do Norte Pioneiro, \_\_\_\_\_ **ARISTEU KAZUYUKI**

**SAKAMOTO** e pelos demais representantes presentes.